

COPEL - Licitações

De: Fabrício Ferrão Araújo
Enviado em: sexta-feira, 12 de janeiro de 2024 15:04
Para: COPEL - Licitações; Rafael André Chervenski da Silva
Assunto: RE: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Prezados colegas,

Após avaliação da manifestação jurídica e nova leitura dos dispositivos legais apresentados, entendemos ser necessária a responsabilidade técnica, seja de engenheiro, seja de técnico industrial.

Assim, concordamos que a impugnação deverá ser julgada parcialmente procedente. Isso porque não devemos utilizar a redação solicitada pelo conselho, mas sim nossa redação de praxe, uma vez que não é de nossa alçada a exigência de quitação perante os conselhos profissionais.

Att.

Fabrício Ferrão
SEGCIG - SEGRAF

De: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>
Enviado: 12 de janeiro de 2024 14:05
Para: Rafael André Chervenski da Silva <rafaelcs@senado.leg.br>; Fabrício Ferrão Araújo <f.araujo@senado.leg.br>
Assunto: ENC: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Prezados colegas,

Encaminho, abaixo, a análise jurídica sobre a impugnação do PE 90008/2024.

Aguardo manifestação técnica sobre a decisão a ser tomada.

Ressalta-se que, como o certame está agendado para segunda-feira, é necessário que a Ata de Julgamento da Impugnação seja publicada ainda hoje.

Atenciosamente,

Juliana Sá de Almeida Bezerra

Agente de Contratação

Senado Federal | SADCON | COPEL

Av. N2 | Bloco 16 | CEP 70165-900 | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3303-3102

✉ julianas@senado.leg.br

De: Daniel Victor de Araujo Simoes [mailto:DANIELVS@senado.leg.br]

Enviada em: sexta-feira, 12 de janeiro de 2024 13:57

Para: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Assunto: RE: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Boa tarde, Juliana.

Com relação à impugnação ao edital do pregão eletrônico 90008/24, apresentada pelo CRT-01, faço as seguintes considerações:

Os incisos I e II do art. 67 da Lei 14133/21 determinam a exigência de registro de responsável técnico e da empresa perante o conselho profissional competente, quando for o caso. O art. 2º da Lei 5524/68 define de modo geral o campo de atuação dos técnicos industriais. O art. 31 da Lei 13639/18 confere ao Conselho Federal dos Técnicos Industriais a competência para detalhar as áreas de atuação dos técnicos industriais. O art. 12, V da mesma lei arrola como competência dos conselhos regionais a manutenção de cadastro de técnicos e empresas. O art. 1º da Lei 6839/80 determina a inscrição de profissionais e empresas nas entidades competentes.

Considerando esses dispositivos legais, conclui-se que a profissão de técnico industrial é regulamentada, de modo que, se o objeto da licitação for da atribuição de referida profissão, deve ser exigida a comprovação de registro da empresa no conselho regional e a indicação de responsável técnico também registrado no conselho regional.

Destaco, entretanto, que no presente caso há possibilidade de conflito com atribuições próprias da engenharia, uma vez que os técnicos industriais antes estavam sob o escopo do CONFEA. De todo modo, a definição da questão depende da área técnica, uma vez que é ela quem deve determinar se o objeto da licitação está inserido no rol de atividades dos técnicos industriais ou de outra profissão regulamentada, como a engenharia, por exemplo.

Apenas a título exemplificativo destaco que, nas nossas contratações de manutenção de antenas e equipamentos de transmissão, a área técnica comumente admite a responsabilidade técnica de engenheiro ou de técnico industrial. No presente caso caberá à Gráfica decidir no caso concreto.

Caso a manifestação técnica seja pela necessidade de definição de responsável técnico, a impugnação deverá ser julgada parcialmente procedente. Isso porque não devemos utilizar a redação solicitada pelo conselho, mas sim nossa redação de praxe uma vez que não é de nossa alçada a exigência de quitação perante os conselhos profissionais. Caso o entendimento seja pela desnecessidade a impugnação será improcedente.

Permaneço à disposição para auxiliar no que mais for preciso.

Att.

Daniel Victor de Araújo Simões

Advogado do Senado

Coordenador do Núcleo de Processos de Contratações - **NPCONT**

Advocacia do Senado - **ADVOSF**

De: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Enviado: sexta-feira, 12 de janeiro de 2024 10:57

Para: Daniel Victor de Araujo Simoes <DANIELVS@senado.leg.br>

Assunto: ENC: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Segue a resposta do OT.

Atenciosamente,

Juliana Sá de Almeida Bezerra

Agente de Contratação

Senado Federal | SADCON | COPEL

Av. N2 | Bloco 16 | CEP 70165-900 | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3303-3102

✉ julianas@senado.leg.br

De: Rafael André Chervenski da Silva [<mailto:rafaelcs@senado.leg.br>]

Enviada em: sexta-feira, 12 de janeiro de 2024 09:30

Para: Fabrício Ferrão Araújo <f.araujo@senado.leg.br>; COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Assunto: Re: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Prezados colegas,

Considerando se tratar de contratação de prestação de serviço, e não de posto de trabalho, entendo que as obrigações não são cabíveis ao Senado Federal, devendo o Conselho de classe atuar junto às empresas do setor pelo efetivo cumprimento dos dispositivos alegados - sem, entretanto, analisá-los de maneira pormenorizada, atividade essa que entendo ser cabível à Advocacia do Senado Federal, por se tratar de interpretação de dispositivo legal, fugindo à alçada do OT.

Entendo, numa análise superficial, que a imposição de restrição nesta etapa do certame importaria redução da concorrência, em sentido oposto às intenções do processo licitatório. Uma vez definido o prestador de serviço pelo certame, deveria o Conselho de classe buscar a regularidade dos dispositivos alegados, apresentando seu pleito diretamente às empresas e/ou profissionais atuantes no setor.

Cordialmente,

Rafael Chervenski

Diretor

Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF

Senado Federal

70165-900 Brasília – DF

Telefone: + 55 (61) 3303-3777

“Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente.”

De: Fabrício Ferrão Araújo <f.araujo@senado.leg.br>

Enviado: Friday, January 12, 2024 9:29:11 AM

Para: Rafael André Chervenski da Silva <rafaelcs@senado.leg.br>

Assunto: Fwd: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Obter o [Outlook para Android](#)

From: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Sent: Thursday, January 11, 2024 11:02:55 AM

To: Fabrício Ferrão Araújo <f.araujo@senado.leg.br>; Ricardo Abril Marinho <rica@senado.leg.br>; Luiz Carlos da Costa <LUIZCARL@senado.leg.br>

Subject: RES: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Fabício, bom dia!

Após analisarmos essa questão, percebemos que seria interessante, antes de mandarmos para a ADVOSF, passar por essa análise técnica criteriosa sobre a pertinência das alegações do Conselho em relação à natureza das atividades que vão ser executadas no contrato. Caso a dúvida permaneça, enviaremos para advocacia.

A ADVOSF não faz essa análise técnica.

Atenciosamente,

Juliana Sá de Almeida Bezerra

Agente de Contratação

Senado Federal | SADCON | COPEL

Av. N2 | Bloco 16 | CEP 70165-900 | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3303-3102

✉ julianas@senado.leg.br

De: Fabrício Ferrão Araújo

Enviada em: quarta-feira, 10 de janeiro de 2024 11:40

Para: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>; Ricardo Abril Marinho <rica@senado.leg.br>; Luiz Carlos da Costa <LUIZCARL@senado.leg.br>

Assunto: Re: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Prezados, após leitura atenta do pedido, entendo que não é o caso de suprimir a parte já inserida mas, talvez, acrescentar uma outra opção que é essa por eles aventadas.

O artigo 67 define resteicoes. No entanto, abre excessao que nos possibilita pedir o que estamos pedindo, veja:

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

Não ficou claro para mim qual a real intenção da impugnação: se ampliar a competitividade ou fazer com que as empresas paguem suas anuidades.

Acho que devemos consultar nossa área jurídica para saber se, de fato, é obrigatória essa inclusão, visto que não foi abordado no parecer do processo quando ainda na fase interna.

Att

Fabício Ferrão

Obter o [Outlook para Android](#)

From: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Sent: Wednesday, January 10, 2024 9:55:07 AM

To: Fabício Ferrão Araújo <f.araujo@senado.leg.br>; Ricardo Abril Marinho <rica@senado.leg.br>; Luiz Carlos da Costa <LUIZCARL@senado.leg.br>

Subject: ENC: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

Prezados,

Encaminhamos, para conhecimento e manifestação, impugnação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA PRIMEIRA REGIÃO, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90008/2024.

Solicitamos brevidade no atendimento, tendo em vista viabilizar a resposta desta COPEL ao licitante.

Atenciosamente,

Juliana Sá de Almeida Bezerra

Agente de Contratação

Senado Federal | SADCON | COPEL

Av. N2 | Bloco 16 | CEP 70165-900 | Brasília/DF

Telefone: +55 (61) 3303-3102

✉ julianas@senado.leg.br

De: Jurídico CRT-01 [<mailto:juridico@crt01.gov.br>]

Enviada em: terça-feira, 9 de janeiro de 2024 19:55

Para: COPEL - Licitações <licita@senado.leg.br>

Cc: Bruno Cardoso Maiolino <bruno.cardoso@crt01.gov.br>

Assunto: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024 Senado Federal

A SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

Assunto: IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2024

(Processo nº 00200.015173/2022-90)

Ao Pregoeiro, na qualidade de Agente de Contratação

O CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DA PRIMEIRA REGIÃO – CRT 01, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ nº 32.489.209/0001-57, com sede na QS 01, Rua 210, Lotes 34 e 36, Bloco 2, Salas 1604 à 1612, Ed. LED office águas claras - Águas Claras – Brasília/DF; CEP 71.950-770, representado neste ato pelo Assessor Jurídico Bruno Cardoso Maiolino, no uso de suas atribuições legais, vem com o habitual respeito à Vossa Senhoria IMPUGNAÇÃO do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2024, que tem por destinação à contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para o equipamento SPEEDMASTER 74 da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal.

Termo em que,

Pede deferimento.



ASSESSOR JURÍDICO

Bruno Cardoso Maiolino



0800 427 5200



WWW.CRT01.GOV.BR